



The Observatory of Social
and Political Elites of Brazil

ISSN on line
2359-2826

Perfil dos ministros da Defesa de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai

Andréa Benetti C. de Oliveira (nusp; nepri/ufpr)

newsletter

v. 2 ▪ n. 3 ▪ janeiro, 2015

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Perfil dos ministros da Defesa de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai

Andréa Benetti Carvalho de Oliveira (nusp; nepri/ufpr) *

Resumo: A demanda civil por controle do aparato militar do Estado em novas democracias tem sido bastante discutida nos meios acadêmicos e políticos. Na América do Sul, o processo de redemocratização na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai possui em comum a concentração da direção do Ministério competente pelos assuntos militares de Estado nas mãos de civis. Por meio da estatística descritiva, o presente artigo busca identificar quem foram os ministros da Defesa nesses países, assim como traçar o seu perfil. Para tal, agruparam-se os indivíduos analisados desde o fim das ditaduras até o ano de 2014 (inclusive), em um total de 64 pessoas que ocuparam 69 mandatos distribuídos entre os quatro países.

I. Ministérios da Defesa pós-governos autoritários

A organização militar na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai se iniciou de forma similar, mas desenvolveu-se de forma um pouco diferente. Inicialmente se basearam nas tropas da antiga metrópole, aliadas às forças locais, as quais após as respectivas independências tomaram rumos próprios.

Na Argentina, o Exército se organiza entre 1806 e 1807, e participa ativamente do processo de Independência do país (Fausto & Devoto 2004) – sinalizando o início de uma prática reiterada de ativismo político. Sua Armada, a Marinha do país, se organiza em 1810. A Aeronáutica como Força Armada independente surge apenas em 1945 e o atual Ministério da Defesa do país é criado em 1958, concentrando as três Forças Armadas e o Estado-Maior Conjunto¹. Com o término da ditadura militar em 1983, o Ministério continua subsistindo como estrutura formal de Estado, embora tenha passado por diversas reformas e reestruturações institucionais com a intenção de acelerar o processo de profissionalização de suas Forças Armadas, assim como a consolidação de uma Política Nacional de Defesa como política de Estado.

No Brasil, mesmo após o término dos governos militares a estrutura militar oficial se manteve por alguns anos antes de ser reformulada: na transição negociada em meados dos anos 1980 foram mantidos os Ministérios da Aeronáutica, criado em 1941, do Exército, anteriormente Ministério da Guerra, cujo nome foi alterado em 1967, e da Marinha, cujas origens remontam a 1808, mas oficialmente criado em 1822 (Sodré 1965). Desses três Ministérios existentes quando do fim da ditadura militar brasileira, o Ministério da Defesa surge apenas em 1999 no segundo governo Cardoso.

¹ Informações obtidas no sítio eletrônico do Ministério da Defesa da Argentina, disponível em <<http://www.mindef.gov.ar/>>, acesso 15 novembro 2014.

Ele passa então a coordenar de forma centralizada os antigos Ministérios transformados agora em Comandos (Brasil. 1999).

Os dois Ministérios da Defesa mais antigos são os do Chile e o do Uruguai. O Ministério de Defesa Nacional do Chile foi criado em 1818 como Ministério de Guerra e Marinha (inicialmente Secretaria de Guerra em 1814). Em 1837 foi recriado o Ministério com mesmo nome, porém de forma mais institucionalizada. Após breve período de cisão do Ministério em Ministério da Guerra e Ministério da Marinha (entre 1924 e 1927), seu nome foi alterado para Ministério de Defesa Nacional em 1931, o qual passa a incorporar a Secretaria de Aviação, futura aeronáutica do país. No entanto, logo no ano seguinte o Ministério novamente se desdobra em dois, agora Ministério de Guerra e Aviação e Ministério de Marinha. Por fim, poucos meses depois é retomado o nome e a institucionalização anterior e em dezembro de 1932 finalmente se estabelece definitivamente o Ministério de Defesa Nacional².

Como bem menos mudanças não apenas de nomenclatura como de estrutura institucional, o Ministério da Defesa Nacional do Uruguai foi criado em 1828, inicialmente com o nome de Ministério de Guerra e Marinha³ – momento histórico no qual o Estado de Montevideo se separa das Províncias do Prata.

Após o ciclo dos governos autoritários, caracterizados por ditaduras militares na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai entre as décadas de 1960 e 1980, houve significativa preocupação política em afastar os militares o máximo possível do poder de Estado. A transição democrática, negociada, concorreu para uma forma minimalista de democracia onde a competição política foi institucionalizada com a garantia de direitos civis e políticos à maioria da população (O'Donnell & Schmitter 1988). Dessa forma, houve a submissão do militar ao civil, mais especificamente dos militares aos opositores moderados – menos no Brasil (Codato 2005).

Com a formação dos novos governos nesses quatro países, a sucessão de Ministros da Defesa se deu de forma quase natural, sendo substituídos os então ocupantes militares da pasta por civis, salvo nos casos brasileiro e uruguaio. No Brasil, em razão da inexistência de Ministério da Defesa ainda em 1985, manteve-se a titularidade militar nos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha. Essa era uma prerrogativa que não havia sido negociada no processo de transição brasileira. No Uruguai, o segundo Ministro da Defesa era militar, Hugo Medina, pois a motivação da saída do primeiro, Juan Vicente Chiarino, foi a crise institucional instalada a partir

² Informações obtidas no sítio eletrônico do Ministério da Defesa do Chile, disponível em <http://www.defensa.cl>, acesso 14 novembro 2014.

³ A alteração do nome da Pasta Ministerial foi feita durante a presidência de Julio María Sanguinetti. Informações obtidas no sítio eletrônico do Ministério da Defesa do Uruguai, disponível em <http://www.mdn.gub.uy>, acesso 14 novembro 2014.

da insubordinação das Forças Armadas ao ministro e pelo não cumprimento de suas ordens pelo Comandante do Exército (o próprio General Medina que assumiria a pasta) (Gillespie 1991, p.220).

Agrupamos os indivíduos analisados desde o fim das ditaduras até o ano de 2014, em um total de 64 pessoas, as quais ocuparam 69 mandatos⁴, distribuídos entre os quatro países.

Quadro 1. Distribuição dos ministros da Defesa

país	redemocratização	quantidade de ministros	idade (re)democratização
Argentina	1983	16	31
Brasil	1985	21	29
Chile	1990	13	24
Uruguai	1985	14	29

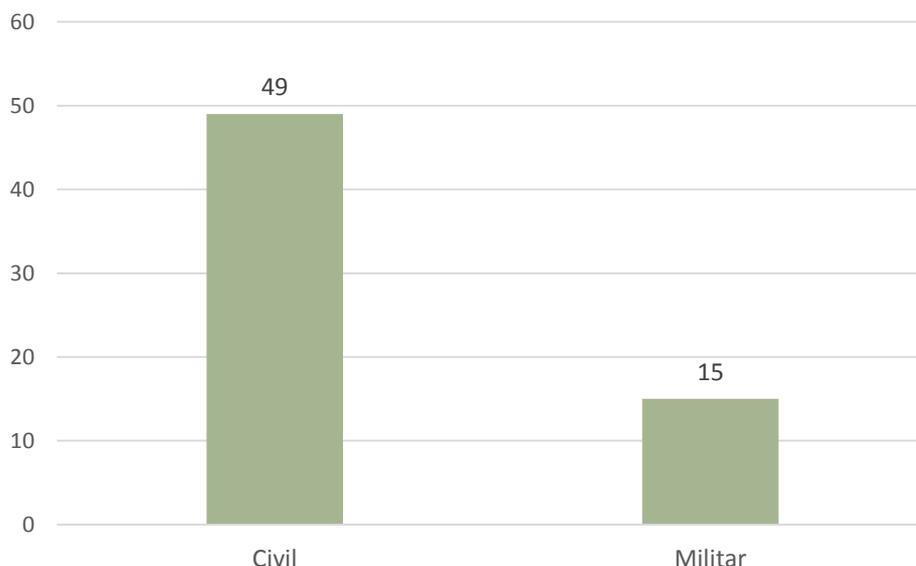
Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP/UFPR

Merece destaque no Quadro 1 o Brasil, no qual foram incluídos todos os indivíduos ocupantes das pastas de Ministério da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, os quais foram posteriormente incorporados, em 1999, ao Ministério da Defesa. A justificativa para tal inclusão se dá porque esses Ministérios seriam os equivalentes aos Ministérios da Defesa dos vizinhos da América do Sul também analisados.

Como o Gráfico 1 mostra, dos 64 ministros da Defesa após as redemocratizações desses quatro países, apenas o Brasil e um único ministro do Uruguai concentram a totalidade dos militares à frente das pastas (15). Todos os demais 49 Ministros são civis, dentre os quais 100% dos ministros da Argentina e do Chile.

⁴ José Horacio Jaunarena, da Argentina, ocupou a pasta por três mandatos; Lélío Viana Lobo, do Brasil, Edmundo Pérez Yoma e Jaime Nicolás Javinet de la Fuente, também do Chile, ocuparam as pastas por dois mandatos.

Gráfico 1. Ministros de Defesa civis e militares



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP/UFPR

Esses dados já são um indicativo de que o controle civil pleno sobre o meio militar não foi estabelecido de início pelo menos em dois países, e certamente não o foi no Brasil. A democracia por aqui levou um tempo a mais para se estabelecer, haja vista a dificuldade de colocar nas mãos civis temas militares.

II. Perfil dos ministros de defesa

Dentre os ministros analisados, a maioria é do sexo masculino. Dos 64 indivíduos, apenas 4 são mulheres, dentre elas a então futura Presidente do Chile, Michelle Bachelet, uma notável exceção ao padrão de mulheres ministras que além do número reduzido, normalmente não ocupam pastas de importância significativa na estrutura do Estado (Escobar-Lemmon & Taylor-Robinson 2005). As demais Ministras são Vivianne Amelia Blanlot Soza, também do Chile, e Azucena Berrutti, do Uruguai. Berrutti foi a que assumiu a pasta com maior idade, 76 anos. A média de idade dos Ministros ao assumirem o cargo é elevada, 60 anos, sendo que o Chile é o país cujos Ministros assumem mais novos, 56 anos, e o Brasil mais velhos, com 64 anos, ficando a média uruguaia em 62 anos e argentina em 57 anos.

Quanto à profissão predominante na composição dos Ministérios, a formação jurídica prevalece, sendo que 22 dos ministros são bacharéis em Direito ou advogados.

A segunda profissão mais frequente é a de militar, sobretudo nos quadros brasileiros. Conforme já informado, há apenas um ministro militar no Uruguai contra 14 brasileiros.

Em terceiro lugar, a profissão mais frequente fica empatada, com quatro indivíduos em cada categoria, em economistas, engenheiros, médicos e políticos profissionais⁵. Destes, há três apenas com ensino médio (a totalidade dos Ministros com título equivalente nos demais países). Separando as profissões por países, os advogados são a maioria na Argentina, no Chile e no Uruguai e no Brasil também apenas se omitirmos os militares⁶.

Vistos os atributos pessoais (sexo e idade) e profissionais (ocupação) dos ministros passa-se agora à verificação dos atributos políticos que são (ou não são) relevantes na composição ministerial.

O pertencimento a um grupo político organizado, mensurado pela filiação partidária, é indicador de existência de negociação prévia presidencial para obtenção de suporte no exercício do mandato, traduzindo a ideia de que as indicações não são puramente personalistas (Camerlo 2013).

Nos países analisados, a grande maioria dos ministros possui filiação partidária, com exceção do caso brasileiro: 100% dos ministros da Argentina e do Chile integram algum partido político. No Uruguai, salvo um único ministro, todos os demais a possuem. No Brasil, apenas quatro ministros dentre 21 possuem filiação partidária: Elcio Alvares, José Alencar, Waldir Pires e Nelson Jobim – os Ministros Militares e dois diplomatas (José Viegas e Celso Amorim) não a possuem. Convém destacar aqui que a inexistência deste tipo de vínculo se dá por determinação legal, ou seja, porque a lei dificulta a partidização dessas profissões⁷.

Outro elemento importante nos atributos políticos dos ministros é a *expertise* política, ou seja, a experiência política prévia, seja no Poder Executivo ou no Poder Legislativo (Chasquetti et al. 2013; Dávila et al. 2013).

⁵ Políticos profissionais aqui compreendidos na acepção weberiana: não apenas aqueles indivíduos que vivem para a política, mas que vivem da política (Borchet 2003, p.1).

⁶ A ordem das profissões, por moda, é a seguinte: advogados (22), militares (15), economistas (4), engenheiros (4), médicos (4), políticos profissionais (4), diplomatas (3), contadores públicos (2), empresários (2), professores universitários (2), professor (1), químico (1).

⁷ A Constituição Federal (1988) e o Estatuto dos Militares (Lei 6.880/1980), assim como a Lei que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior brasileiro (Lei 11.440/2006) não proíbe de forma expressa que os militares e os diplomatas sejam filiados a partidos políticos, mas estabelecem uma série de limitações que dificultam, na prática, a sua filiação partidária se estiverem no pleno exercício de suas funções profissionais.

35 de 64 Ministros possuíam experiência prévia no Executivo, incluídos os militares brasileiros. Se excluídos os militares brasileiros, dentre 50 Ministros, 35 possuem *expertise* política – 70% dos indivíduos.

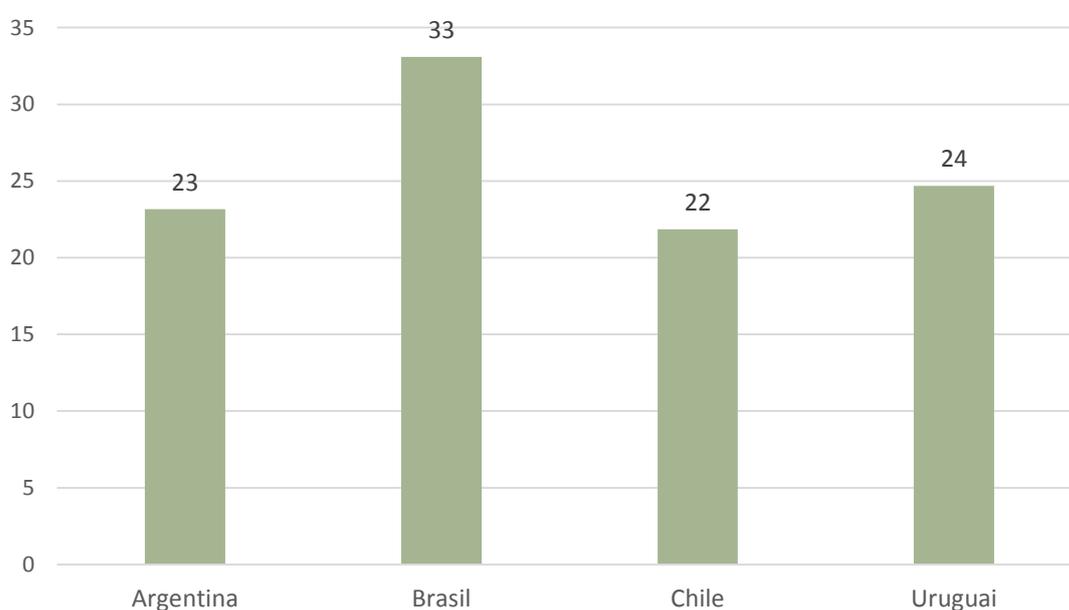
Já a experiência anterior no Poder Legislativo parece ser menos importante, pois dentre os indivíduos analisados apenas 18 deles a possuem e, destes, 14 possuem experiência prévia tanto no Executivo como no Legislativo.

Proporcionalmente, o país para o qual é menos importante a experiência anterior no Executivo é o Brasil (17%), seguido por Uruguai (29%), Chile (42%) e Argentina (45%). No que se refere à experiência no Legislativo, a importância maior é dada pelo Uruguai (21%), seguido por Argentina (19%), Brasil (14%) e Chile (8%).

III. Rotatividade ministerial

No que se refere ao tempo de permanência nas pastas ministeriais, a média obtida somando os valores na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai é de 26,4 meses. Em cada país o tempo médio pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2. Tempo médio de permanência em meses dos ministros da Defesa



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP/UFPR

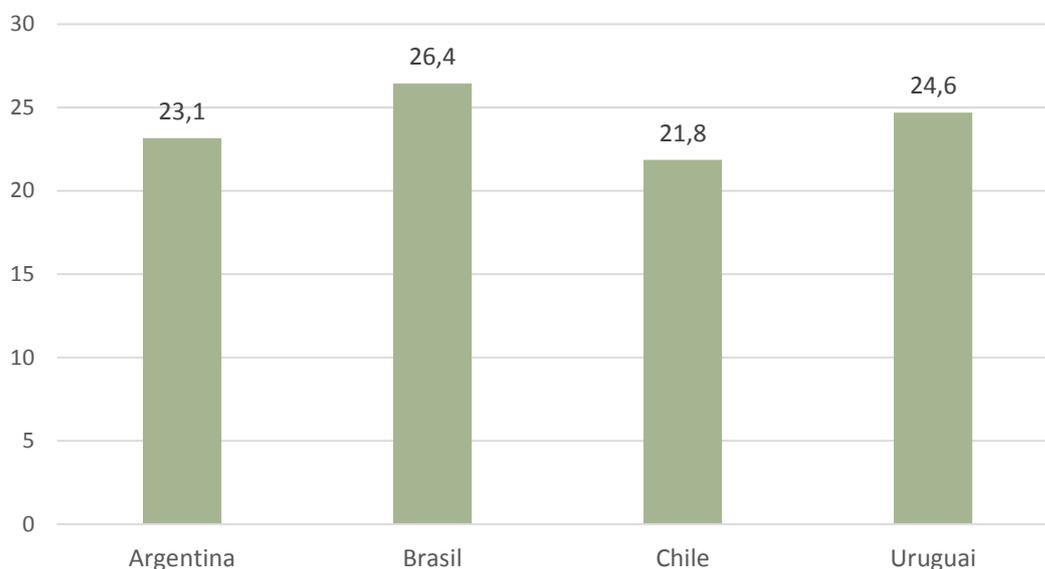
O país que possui menor tempo médio de permanência de ministros à frente de suas pastas, ou seja, o país no qual há maior rotatividade, é o Chile, com 22 meses, seguido por Argentina, com 23 meses e Uruguai, com 24 meses. O Brasil seria,

somados os 64 ministros, incluídos os ministros militares, como a maior média de todos, 33 meses.

O Mandato Presidencial de Argentina, Brasil e Chile é de 4 anos, sendo o Mandato do Uruguai de 5 anos. Desta forma, se pensarmos nessa média em termos de duração do mandato do Chefe do Executivo – ao qual o Ministro da Defesa está subordinado, o Brasil ainda é o país cujos Ministros cobrem um maior tempo de permanência durante um único mandato presidencial.

No entanto, se excluídos os ministros militares brasileiros antes de 1999, a média total cai de 26,4 meses para 23,7 meses, mas o Brasil continua com o maior tempo médio, 26,4 meses (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Tempo médio de permanência em meses dos ministros da Defesa (excluídos os ministros militares brasileiros)



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP/UFPR

De qualquer forma, o que os dados demonstram, é que embora haja certa permanência de aproximadamente dois anos na titularidade da pasta da Defesa, esse tempo de permanência está aquém do ideal.

Se pensarmos que o ministro nomeado precisa se familiarizar com a pasta assumida, pois normalmente não possui pleno conhecimento técnico sobre o assunto que irá gerenciar, mas apenas maior ou menor afinidade com o tema, além de geralmente não conhecer a dinâmica de funcionamento específica do Ministério, isso tudo demanda tempo significativo, que a alta rotatividade e o baixo tempo de permanência na pasta não permitem obter. Uma vez assumida a pasta, o ministro ainda precisará estabelecer boas relações com o Poder Legislativo a fim de aprovar

emendas que beneficie a “sua” pasta e, conseguidas tais emendas, ainda deverá implementar as políticas desejadas – desde que as conheça, pois caso ainda precise pensar nos objetivos políticos a serem buscados pelos seu Ministério, isso ainda demandará mais tempo.

Com certa generosidade, três anos é o tempo mínimo necessário para que o ministro se ambienta com sua nova função, com seu Ministério e com suas atribuições e possa obter recursos suficientes para atingir suas metas (Rose 1971). Estes três anos é o tempo indispensável caso o diálogo com os grupos de interesse e as demais esferas do poder do Estado já tenham sido previamente estabelecidos e estejam satisfeitos. Caso contrário, pode-se somar mais um ano ao tempo de mandato do ministro (Rose 1971).

Se pensarmos nesta lógica, dos três anos (36 meses), todos os Ministérios da Defesa nos países analisados não conseguiram atingir a média de permanência ideal do seu titular, e poucos ministros nesses países conseguem chegar a este número: José Horacio Jaunarena (63 meses), Jorge Manuel Dominguez (40) e Nilda Célia Garré (60), na Argentina; Octávio Júlio Moreira Lima (60, Ministério da Aeronáutica), Lélío Viana Lobo (64, Ministério da Aeronáutica), Leônidas Pires Gonçalves (60, Ministério do Exército), Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena (75, Ministério do Exército), Henrique Sabóia (60, Ministério da Marinha), Ivan da Silveira Serpa (38, Ministério da Marinha), Nelson Jobim (49) e Celson Amorim (40), no Brasil; Patricio Rojas Saavedra (48) e Edmundo Pérez Yoma (55) no Chile; e Mariano Brito Checchi (41), Raul Iturria (43), Azucena Berrutti (36) e Eleuterio Fernández Huidobro no Uruguai (41). Proporcionalmente, 9,6% Ministros da Argentina, 27,5% dos Ministros do Brasil, 8,3 % dos Ministros do Chile e 13,7% dos Ministros do Uruguai. O número no Brasil é elevado porque se contou os ministros das pastas miliares antes da instituição da Defesa.

Em Ministérios nos quais não há estabilidade temporal de permanência de seus titulares não se permite a formação de vínculos estratégicos entre o pessoal que compõe a cúpula decisória e o pessoal de carreira burocrática, o qual permanece por bastante mais tempo no órgão. Dessa forma, a velocidade com a qual se faz a troca de ministros é um importante indicador do desempenho da pasta, o qual pode ser extrapolado para o Estado como um todo.

Considerações finais

Em aproximadamente trinta anos da redemocratização na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai, esses países sul-americanos passam ainda por avanços e dificuldades na forma de lidar com o seu aparato militar. Avanços no sentido de que em quase todos os países os militares cederam lugar aos civis na titularidade das

pastas ministeriais sobre assuntos de segurança e defesa nacionais – quase todos porque no caso brasileiro houve uma demora significativa na criação de um Ministério único e civil. Dificuldades, no sentido de que ainda é baixo o tempo de permanência dos Ministros da Defesa nas suas pastas, dificultando a continuidade da implementação das políticas de defesa nesses países.

O caso brasileiro merece destaque e especial atenção, principalmente se comparado ao Uruguai, país cuja redemocratização ocorreu a exatos mesmos anos. Em 29 anos de democracia em ambos os países, apenas um Ministro da Defesa Uruguai era militar, enquanto 14 Ministros no Brasil eram fardados. Se comparados esses países com Argentina e Chile, aí fica mais evidente ainda a inexistência de titulares militares nestes dois últimos.

As profissões mais frequentes dos Ministros são as jurídicas, e as militares no caso brasileiro. No que se refere à filiação partidária, todos os Ministros de Argentina e Chile possuem filiação e apenas os Ministros Militares – um do Uruguai e 14 brasileiros – e Diplomatas não a possuem (dois brasileiros). Ou seja, no caso brasileiro, apenas quatro Ministros da Defesa não possuíam vínculo partidário.

No que se refere à *expertise* política, ou seja, na experiência política prévia, o Executivo parece ser mais importante do que Legislativo, uma vez que a maioria dos Ministros possuem experiência prévia no primeiro poder, ao passo que o segundo se torna pré-requisito apenas para a minoria.

Referências

- Borchet, J., 2003. Professional politicians: towards a comparative perspective. In J. Borchert & J. Zeiss, eds. *The political class in advanced democracies*. New York: Oxford University Press, pp. 1–25.
- Brasil., 1999. *Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999*, Brasília.
- Camerlo, M., 2013. Gabinetes de partido único y democracias presidenciales. Indagaciones a partir del caso argentino. *América Latina Hoy*, (64), pp.119–142.
- Chasquetti, D., Buquet, D. & Cardarello, A., 2013. La designación de gabinetes en Uruguay: estrategia legislativa, jerarquía de los ministerios y afiliación partidaria de los ministros. *América Latina Hoy*, (64), pp.15–40.
- Codato, A.N., 2005. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, (25), pp.83–106.
- Dávila, M., Lavados, A.O. & Avendaño, O., 2013. Los gabinetes de la concertación en Chile (1990-2010). *América Latina Hoy*, (64), pp.67–94.

- Escobar-Lemmon, M. & Taylor-Robinson, M.M., 2005. Women Ministers in Latin American Government: When, Where, and Why? *American Journal of Political Science*, 49(4), pp.829–844.
- Fausto, B. & Devoto, F.J., 2004. *Brasil e Argentina: em ensaio de história comparada (1850-2002)*, São Paulo: Editora 34.
- Gillespie, C.G., 1991. *Negotiating Democracy: Politicians and Generals in Uruguay*, Cambridge: Cambridge Latin American Studies.
- O'Donnell, G. & Schmitter, P.C., 1988. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*, São Paulo: Vértice.
- Rose, R., 1971. The Making of Cabinet ministers. *British Journal of Political Science*, 1(4), pp.393–414.
- Sodré, N.W., 1965. *História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

* Andréa Benetti Carvalho de Oliveira é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná, Mestre em Ciência Política pela UFPR, Pesquisadora dos Núcleos de Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR) e de Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI/UFPR), assim como do **Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil**. Professora do Centro Universitário Internacional – UNINTER nos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais. Endereço eletrônico andreab@brturbo.com.br

como citar:

Andréa Benetti Carvalho de Oliveira. 2015. Perfil dos ministros da Defesa de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.2, n. 3, janeiro. p. 1-16. ISSN 2359-2826

Anexo. Ministros da Defesa de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai

país	ministro	pasta ministerial	meses na pasta
Argentina	Raúl Borrás	Ministério de Defesa	17
Argentina	Roque Carranza	Ministério de Defesa	9
Argentina	Germán Osvaldo López	Ministério de Defesa	4
Argentina	José Horacio Jaunarena	Ministério de Defesa	63
Argentina	Ítalo Argentino Luder	Ministério de Defesa	7
Argentina	Humberto Antonio Romero	Ministério de Defesa	12
Argentina	Guido di Tella	Ministério de Defesa	1
Argentina	Antonio Erman González	Ministério de Defesa	33
Argentina	Oscar Camilión	Ministério de Defesa	32
Argentina	Jorge Manuel Dominguez	Ministério de Defesa	40
Argentina	Ricardo López Murphy	Ministério de Defesa	15
Argentina	José Maria Vernet	Ministério de Defesa	0,5
Argentina	José Juan Bautista Pampuro	Ministério de Defesa	30
Argentina	Nilda Célia Garré	Ministério de Defesa	60
Argentina	Arturo Puricelli	Ministério de Defesa	30
Argentina	Agustín Oscar Rossi	Ministério de Defesa	17
Brasil	Octávio Júlio Moreira Lima	Ministério da Aeronáutica	60
Brasil	Sócrates da Costa Monteiro	Ministério da Aeronáutica	31
Brasil	Lélio Viana Lobo	Ministério da Aeronáutica	64
Brasil	Mauro José Miranda Gandra	Ministério da Aeronáutica	10
Brasil	Walter Werner Bräuer	Ministério da Aeronáutica	5
Brasil	Leônidas Pires Gonçalves	Ministério do Exército	60
Brasil	Carlos Tinoco Ribeiro Gomes	Ministério do Exército	31
Brasil	Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena	Ministério do Exército	75
Brasil	Gleuber Vieira	Ministério do Exército	5
Brasil	Henrique Sabóia	Ministério da Marinha	60
Brasil	Mário César Flores	Ministério da Marinha	31
Brasil	Ivan da Silveira Serpa	Ministério da Marinha	38
Brasil	Mauro César Rodrigues Pereira	Ministério da Marinha	35
Brasil	Sérgio Gitirana Florâncio Chagasteles	Ministério da Marinha	5
Brasil	Élcio Alvares	Ministério da Defesa	7
Brasil	Geraldo Magela	Ministério da Defesa	35
Brasil	José Viegas	Ministério da Defesa	22
Brasil	José Alencar	Ministério da Defesa	16
Brasil	Waldir Pires	Ministério da Defesa	16
Brasil	Nelson Jobim	Ministério da Defesa	49
Brasil	Celso Amorim	Ministério da Defesa	40

Chile	Patricio Rojas Saavedra	Ministério de Defesa Nacional	48
Chile	Edmundo Pérez Yoma	Ministério de Defesa Nacional	55
Chile	Raúl Troncoso Castillo	Ministério de Defesa Nacional	6
Chile	José Florencio Guzmán	Ministério de Defesa Nacional	10
Chile	Mario Fernández Baeza	Ministério de Defesa Nacional	22
Chile	Michelle Bachelet	Ministério de Defesa Nacional	32
Chile	Jaime Nicolás Ravinet de la Fuente	Ministério de Defesa Nacional	28
Chile	Vivianne Amelia Blanlot Soza	Ministério de Defesa Nacional	12
Chile	José Mario Goñi Carrasco	Ministério de Defesa Nacional	12
Chile	Francisco Vidal Salinas	Ministério de Defesa Nacional	12
Chile	Andrés Allamand	Ministério de Defesa Nacional	22
Chile	Rodrigo Hinzpeter Kirberg	Ministério de Defesa Nacional	16
Chile	Jorge Burgos	Ministério de Defesa Nacional	9
Uruguai	Juan Vicente Chiarino	Ministério de Defesa Nacional	26
Uruguai	Hugo Medina	Ministério de Defesa Nacional	27
Uruguai	Mariano Brito Checchi	Ministério de Defesa Nacional	41
Uruguai	Daniel Hugo Martins	Ministério de Defesa Nacional	18
Uruguai	Rodolfo Gonzalez Rissotto	Ministério de Defesa Nacional	0,5
Uruguai	Raúl Iturria	Ministério de Defesa Nacional	43
Uruguai	Juan Luis Storace	Ministério de Defesa Nacional	16
Uruguai	Luis Brezzo Paredes	Ministério de Defesa Nacional	30
Uruguai	Yamandú Fau	Ministério de Defesa Nacional	29
Uruguai	Azucena Berrutti	Ministério de Defesa Nacional	36
Uruguai	José Bayardi	Ministério de Defesa Nacional	17
Uruguai	Gonzalo Fernández	Ministério de Defesa Nacional	5
Uruguai	Luis Rosadilla	Ministério de Defesa Nacional	16
Uruguai	Eleuterio Fernández Huidobro	Ministério de Defesa Nacional	41

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP/UFPR

Normas para colaboração



A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** (ISSN 2359-2826) aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 2,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão **Harvard autor-data**.

As contribuições devem ser submetidas ao Editor através do endereço eletrônico:

oelites@gmail.com

Copyright© 2015



observatory of brazilian political and social elites
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR. ISSN 2359-2826

editor: Adriano Codato (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolgnesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

observatório de elites políticas e sociais do brasil

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: uelites@gmail.com ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.

Rights and Permissions

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

Newsletters are available online at <http://observatory-elites.org/> and subscriptions can be requested by email to uelites@gmail.com.